

# As chaves certas para um futuro de desenvolvimento

Independente de quem vencer as eleições para presidente da República, a partir de 1º de janeiro de 2015 a mulher ou o homem que ocupar o Palácio do Planalto vai se ver a braços com uma missão particularmente complexa: corrigir os graves problemas conjunturais que neste momento permeiam o País e, simultaneamente, eliminar os grandes entraves estruturais que sempre assolaram a economia brasileira. São duas frentes de batalha de uma guerra – que não pode ser mais adiada – em prol da realização do potencial que o Brasil tem para se alinhar entre as nações desenvolvidas, com economia consistentemente forte e alta qualidade de vida para a população.

Os diagnósticos estão feitos, seja no que diz respeito às dificuldades conjunturais, seja no que se refere às estruturais. Empresários, executivos, economistas e analistas concordam em que a carga tributária no Brasil é excessiva, os juros, altos demais, e a burocracia, quase paralisante. Estes três pontos, dizem eles, fazem o País andar no fio da navalha, por afetar todos os segmentos da economia e comporem uma barreira a questões que vão do investimento em geral até a inflação.

As travas colocadas pela carga tributária, pela taxa de juros e pela burocracia não são de fácil remoção, mas, dizem os especialistas, o passo inicial depende de uma receita bem conhecida: a vontade política. Daí em diante o receituário pode variar.

O primeiro embate inadiável para o novo governo terá de se dar no terreno do desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), hoje em contração. De acordo com análise da agência de risco Fitch Ratings, as perspectivas econômicas a médio prazo dependerão, em grande parte, das medidas a serem tomadas pelo próximo governo para restaurar a confiança, reduzir o custo dos negócios e facilitar uma transição mais rápida em direção a um crescimento ditado por investimentos.

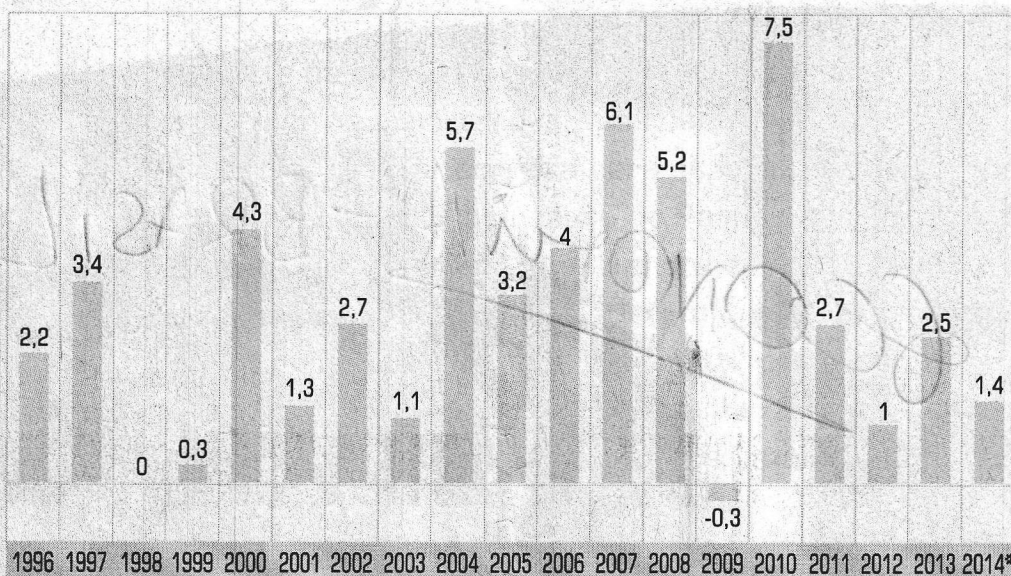
Os últimos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que a economia brasileira recuou 0,6% no segundo trimestre, ante o trimestre imediatamente anterior, principalmente devido à redução de 5,3% nos investimentos, na mesma base de comparação. O País está, portanto, em recessão técnica e o próximo governo, de acordo com os especialistas, terá de tirá-lo desta condição, mas com medidas que não venham a comprometer outros indicadores fundamentais, entre eles as contas públicas.

**O FATO, SEGUNDO O ESTUDO DA FITCH,** é que o País vem sofrendo com um prolongado desaquecimento da economia, tanto que o crescimento médio no período 2011-2013 foi de 2,1%, menos de metade dos 4,5% registrados de 2006 a 2010.

“O efeito retardado do aperto monetário e o potencial aperto fiscal no próximo ano significam que qualquer recuperação durante o período de projeção dos nossos ratings será provavelmente gradativa”, assinala a agência, acrescentando que

## As idas e vindas do PIB

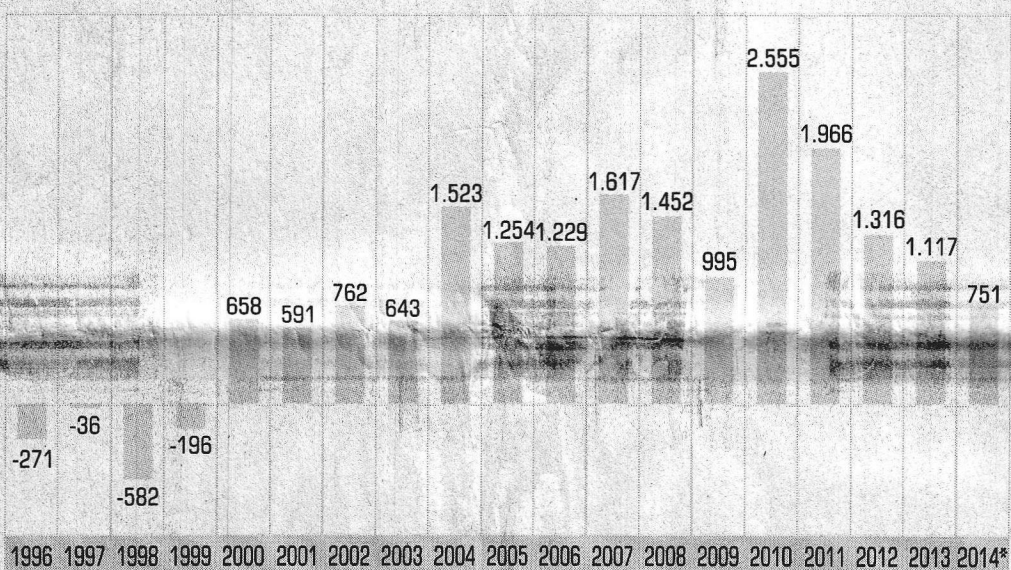
Em %



\* Até o 2º trimestre  
Fonte: IBGE

## Emprego Formal

Em mil



\* Até o mês de agosto.  
Fonte: MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)



O primeiro embate inadiável para o novo governo terá de se dar no terreno do desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), hoje em contração. De acordo com análise da agência de risco Fitch Ratings, as perspectivas econômicas a médio prazo dependerão, em grande parte, das medidas a serem tomadas pelo próximo governo para restaurar a confiança, reduzir o custo dos negócios e facilitar uma transição mais rápida em direção a um crescimento ditado por investimentos.



a acentuada queda dos indicadores de confiança nos últimos meses, que pode refletir uma percepção de erosão na elaboração das políticas; a incerteza pré-eleições; e a competitividade prejudicada também apontam para uma lenta retomada.

Para a agência, não adianta apelar para o estímulo à demanda, que a curto prazo está limitado pela alta inflação e pela dívida pública. A inflação anual medida pelo IPCA continua flutuando em torno do limite máximo do intervalo de tolerância da meta de inflação do Banco Central do Brasil, de 4,5%. “Enquanto isso, nossas projeções do cenário-base indicam que a dívida bruta total do go-

verno se estabilizará ligeiramente abaixo de 60% do PIB (ainda acima da média dos países ‘BBB’).”

**O PRINCIPAL RISCO PARA** a trajetória da dívida seria mais reduções no superávit primário e um continuado fraco desempenho econômico, conforme a Fitch, destacando que o desempenho do PIB já está afetando as finanças públicas, pois ficou mais fraco o ingresso de receitas nos cofres do governo.

De forma geral, analistas desejam ver novos ajustes na política econômica, além dos já efetuados, que incluem aperto monetário, alguma flexi-

bilidade nas taxas de câmbio e tentativas de estimular investimentos privados em infraestrutura. Um dilema, no caso do aperto monetário, é a taxa de juros, cuja trajetória de alta vem tirando fôlego da economia.

O ex-ministro da Fazenda Ernane Galvêas, consultor econômico da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), no que diz respeito aos indispensáveis investimentos, há dois pontos cruciais a serem observados. Em primeiro lugar, lembra, de 2000 a 2013 a taxa média da poupança do setor privado caiu de 18,7% do PIB para menos de 14,5%, o que é uma das razões dos baixos investimentos. O segundo ponto diz respeito à despoupança do setor público, situada em cerca de 2,5%. Com isso, explica o economista, não há, muito tempo, recursos para os projetos essenciais da logística dos transportes. “A poupança interna está diminuindo e a absorção de poupança externa aumentando”, resume Galvêas, entrevistado nesta edição.

**O BRASIL, SEGUNDO ESTUDO** da consultoria McKinsey, teria de investir 5,5% do seu PIB por ano para criar a infraestrutura demandada pelo País e para manter adequadamente a infraestrutura já existente. Considerando que no ano passado o PIB, em valores correntes, alcançou R\$ 4,84 trilhões, o investimento em infraestrutura teria de ser de R\$ 266,2 bilhões por ano.

Nas últimas décadas, porém, a taxa média para tais aportes tem sido de 2,2% do PIB, ou menos do que a metade do necessário anualmente. Pelos cálculos da consultoria, dos R\$ 266,2 indispensáveis, de 2% a 2,5% teriam de ser aplicados na construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hidrelétricas e linhas de transmissão. O restante teria de ir para a manutenção do que já existe, de forma a que a infraestrutura existente neste momento não se deteriorasse.

Na Confederação Nacional da Indústria (CNI), o gerente-executivo de Política Econômica, Flávio Castelo Branco, já disse acreditar que o cenário impactado pela corrida presidencial e pela seca que afeta o setor elétrico, tende a ficar melhor no próximo ano. “O quadro político eleitoral tende a travar algumas decisões, principalmente investimentos (das empresas). Dada a definição do quadro, começa a aparecer o novo cenário para 2015. Creio que esse cenário tende a ser levemente melhor. Talvez um pouco difícil no começo, mas à medida que o ano avance os efeitos mais positivos aparecerão”, declarou recentemente à imprensa. Os candidatos ao Planalto, recorda o economista, dão sinais de que alguma mudança vai ocorrer na condição da economia, “uns mais, outros menos”, porém, ressalta, é preciso haver “definições mais claras de como, de fato, serão essas mudanças e o tempo delas”. “Se fala muito de reforma tributária, mas qual o tempo dessa reforma? Quando ela vai começar a ter impacto?”, indagou.

**AO MESMO TEMPO EM QUE** a economia passa por dificuldades, na área do emprego, embora o mercado de trabalho esteja perdendo dinamismo, houve avanços importantes. A taxa de desemprego medida pelo IBGE está no mais baixo patamar da história, embora haja a ressalva de que em grande parte isso está ocorrendo pelo elevado contingente de pessoas que optou por parar de trabalhar.

No caso do emprego formal, de acordo com os dados coletados em todo o País pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego, apesar de mês a mês o número de vagas líquidas criadas esteja diminuindo, os números não chegam a ser modestos.

Um problema sério neste âmbito é o da falta de mão de obra qualificada – e, por consequência, melhor paga – uma tarefa que, concordam os especialistas, o governo terá de atacar com determinação. Para isso, precisará tomar medidas eficazes no campo da educação.

Carlos Serpa, presidente da Fundação Cesgranrio, diz que para o Brasil não perder a batalha dos números, tanto em relação à quantidade como à qualidade do ensino oferecido, de forma a tirar o País, por exemplo, da penúltima colocação no ranking de educação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), é indispensável que se leve mais a sério três fatores: a formação de professores, a valorização da carreira do magistério e a gestão dos recursos.